2 — Compete ao conjunto dos membros de cada secção deliberar da conveniência em constituir o conselho de secção.

Art. 14.º Os conselhos e os coordenadores das secções autónomas têm, com as necessárias adaptações, as competências referidas nas alíneas e), f), h) e o) do artigo 8.º do presente Regulamento, competindo-lhes ainda:

- a) Elaborar as propostas do plano de actividades e do orçamento, submetendo-as à aprovação dos órgãos de gestão da Faculdade de Ciências e Tecnologia;
- b) Propor aos órgãos de gestão da Faculdade de Ciências e Tecnologia o estabelecimento de convénios, acordos e contratos de prestação de serviços.

CAPÍTULO IV

Da comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia

Art. 15.º A comissão coordenadora do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia será constituída por:

- a) O presidente do conselho científico, que dispõe de voto de qualidade;
- b) Os presidentes dos conselhos de departamento;
- c) Os presidentes ou directores dos estabelecimentos anexos;
- d) Os coordenadores das secções autónomas;
- e) Um professor de cada departamento, eleito pelo respectivo conselho.

CAPÍTULO V

Da autonomia dos departamentos

Art. 16.º — 1 — Ficarão afectos aos departamentos e estabelecimentos anexos os edificios que foram construídos com o propósito da sua instalação e, bem assim, as instalações e equipamentos que se mostrem indispensáveis ao seu funcionamento.

2 — A utilização dos edificios, instalações e equipamentos referidos no número anterior será definida pelos órgãos de gestão da Faculdade de acordo com os órgãos directivos dos departamentos e dos estabelecimentos anexos, tendo em vista o bom funcionamento da Faculdade.

Art. 17.º O pessoal necessário ao funcionamento dos departamentos pertencerá aos quadros da Faculdade de Ciências e Tecnologia e será afectado ao departamento respectivo.

CAPÍTULO VI

Das disposições gerais

Art. 18.º — 1 — Os órgãos com poder deliberativo só podem deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros em efectividade de funções.

2 — As decisões são tomadas por maioria simples quando isso não contrarie preceitos legais ou normas regulamentares.

3 — Todas as deliberações e eleições que individualmente se refiram a pessoas estão sujeitas a escrutínio secreto, desde que não contrariem outras disposições legais em vigor.

CAPÍTULO VII

Das disposições transitórias

Art. 19.º — 1 — No prazo de trinta dias após a publicação deste Regulamento serão desencadeados os processos eleitorais nele previstos.

2 — Cabe ao membro mais antigo da categoria mais elevada de cada departamento o desencadeamento dos respectivos processos eleitorais.

Art. 20.º A comissão coordenadora do conselho científico, constituída de acordo com o presente Regulamento, entra em funções no prazo de trinta dias após o termo dos processos eleitorais referidos no artigo anterior.

Art. 21.º O presente Regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Diário da República*.

O Ministro da Educação e Ciência, *Vitor Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho Normativo n.º 38/81

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/79, de 20 de Junho, determino que o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas seja equiparado a Gabinete para a Integração Europeia.

Ministério da Agricultura e Pescas, 19 de Dezembro de 1980. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO

Portaria n.º 112/81

de 24 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio Interno, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro:

1.º A comercialização dos vinhos comuns de consumo, tintos, brancos ou rosés, fica sujeita ao regime de margens de comercialização fixadas a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º Exceptuam-se da aplicação da presente portaria:

- a) Os vinhos especiais;
- b) Os vinhos comuns de consumo típico regionais;